

Secretaria da Educação do Estado do Ceará

SEDUC-CE

Comum aos Cargos de Professor Nível A:

- Arte-Educação • Biologia • Educação Física • Filosofia • Física
- Geografia • História • Língua Brasileira de Sinais - Libras
- Língua Espanhola • Língua Inglesa • Língua Portuguesa
- Matemática • Química • Sociologia

Edital N°030/2018 – SEDUC/SEPLAG, de 19 de julho de 2018

JL084-2018

DADOS DA OBRA

Título da obra: Secretaria da Educação do Estado do Ceará

Cargo: Comum aos cargos de Professor Nível A

(Baseado no Edital de Abertura de Inscrições do Concurso Público –Nº 01/2018)

- Educação Brasileira: Temas Educacionais e Pedagógicos
 - Administração Pública
 - Língua Portuguesa
- Leitura e Interpretação de Dados e Indicadores Educacionais

•

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação/ Editoração Eletrônica

Elaine Cristina

Igor de Oliveira

Ana Luiza Cesário

Thais Regis

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira

Julia Antoneli

Leandro Filho

Capa

Joel Ferreira dos Santos

SUMÁRIO

Educação Brasileira: Temas Educacionais e Pedagógicos

1 História do pensamento pedagógico brasileiro.	01
1.1 Teoria da educação, diferentes correntes do pensamento pedagógico brasileiro.	01
1.2 Projeto político pedagógico.	01
2 A didática e o processo de ensino e aprendizagem.	15
2.1 Organização do processo didático: planejamento, estratégias e metodologias, avaliação.	15
2.2 A sala de aula como espaço de aprendizagem e interação.	15
2.3 A didática como fundamento epistemológico do fazer docente.	15
3 Principais teorias da aprendizagem.	29
3.1 Inatismo, comportamentalismo, behaviorismo, interacionismo, cognitivismo.	29
3.2 As bases empíricas, metodológicas e epistemológicas das diversas teorias de aprendizagem.	29
3.3 Contribuições de Piaget, Vygotsky e Wallon para a psicologia e pedagogia.	29
3.4 Teoria das inteligências múltiplas de Gardner.	29
3.5 Psicologia do desenvolvimento: aspectos históricos e biopsicossociais.	29
3.6 Temas contemporâneos: bullying, o papel da escola, a escolha da profissão, transtornos alimentares na adolescência, família, escolhas sexuais.	29
4 Teorias do currículo.	76
4.1 Acesso, permanência e sucesso do aluno na escola.	76
4.2 Gestão da aprendizagem.	76
4.3 Planejamento e gestão educacional.	76
4.4 Avaliação institucional, de desempenho e de aprendizagem.	76
4.5 O Professor: formação e profissão.	76
4.6 A pesquisa na prática docente.	76
4.7 A dimensão ética da profissão.	76
5 Aspectos legais e políticos da organização da educação brasileira.	112
6 Políticas educacionais para a educação básica.	121
6.1 Ensino Médio.	121
6.1.1 Diretrizes, Parâmetros Curriculares, currículo e avaliação.	121
6.1.2 Interdisciplinaridade e contextualização no Ensino Médio.	121
6.1.3 Ensino Médio Integrado: fundamentação legal e curricular.	121
6.2 Educação Inclusiva.	121
6.3 Educação, trabalho, formação profissional e as transformações do Ensino Médio.	121
6.4 Protagonismo Juvenil e Cidadania.	121

Administração Pública

1 Conceito de administração pública.	01
2 Conceito de servidor público.	03
3 Princípios da administração pública.	05
4 Direitos e deveres dos servidores públicos.	08
5 Responsabilidade dos servidores públicos.	23
6 Servidor Estadual.	25
6.1 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará (Lei nº 9.826/1974).....	25
6.1.1 Do provimento dos cargos – Capítulos I a X.	25
6.1.2 Dos direitos, vantagens e autorizações – Capítulos I a VI.	29
6.1.3 Do regime disciplinar – título VI – Capítulos I a VII)	35
6.2 Lei nº 15.243/2012 (Disciplina o Art. 3º da lei nº 15.064/2011).	42
6.3. Estágio Probatório Servidor Estadual (Lei nº 9.826/1974, LEI Nº13.092. de 08 de janeiro de 2001, LEI Nº15.744, 29 de dezembro de 2014 e Lei nº 15.909, de 11 de dezembro de 2015)	44
6.4.Carreira do Magistério-Concurso, provimento, carga horaria e jornada de trabalho(Lei nº10.884/1984, Lei 12.066/1993, Lei nº 14.404/2009)	46
6.5. Ampliação da carga horária de trabalho do Grupo MAG (LEI Nº15.451, de 23 de outubro de 2013 e o Decreto	

SUMÁRIO

nº31.458, de 01 de abril de 2014.).....	61
6.6. Promoção profissionais Grupo MAG (Lei nº 15.901 de 10 de dezembro de 2015, DECRETO Nº32.103, de 12 de dezembro de 2016).	64
6.7. Sistema Remuneratório dos profissionais MAG de nível superior (leis nº 15.243, de 6 de dezembro de 2012, nº15.901, de 10 de dezembro de 2015, LEI Nº16.104, 12 de setembro de 2016, nº16.513, 15 de março de 2018 e nº16.536, 06 de abril de 2018).....	68

LEGISLAÇÃO BÁSICA DA EDUCAÇÃO:

1 Lei no 9.394/1996 e alterações (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, títulos I, II, III, IV, V e VI).	74
2 Lei no 8.069/1990 e alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).	88
3 Constituição da República Federativa do Brasil (Art. 205 a 214).	142
4 Emenda Constitucional no 53/2006.	145
5 Lei no 11.494/2007 e alterações.	147
6 Lei no 11.114/2005.	158
7 Lei no 11.274/2006.	158
8 Lei nº 13.415, de 2017.	159
9 Lei Federal Nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação).	162
10 Lei Estadual Nº 16.025/2016 (Plano Estadual de Educação).	179

Língua Portuguesa

1 Compreensão e interpretação de textos.	83
2 Tipologia textual.	85
3 Ortografia oficial.	44
4 Acentuação gráfica.	47
5 Emprego das classes de palavras.	07
6 Emprego do sinal indicativo de crase.	71
7 Sintaxe da oração e do período.	63
8 Pontuação.	50
9 Concordância nominal e verbal.	52
10 Regência nominal e verbal.	58
11 Significação das palavras.	76

Leitura e Interpretação de Dados e Indicadores Educacionais

Leitura e interpretação de dados e indicadores educacionais envolvendo dados e informações referentes à matrícula, à taxa de atendimento escolar, às taxas de escolarização líquida e bruta, à taxa de distorção idade-série, às taxas de rendimento (aprovação, reprovação e abandono), aos resultados do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE, do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA;.....	02
Leitura e interpretação de dados apresentados em tabelas, gráficos e mapas;.....	12
Resolução de problemas que envolvam o cálculo de porcentagem com dados fornecidos em diferentes formatos...	21

EDUCAÇÃO BRASILEIRA: TEMAS EDUCACIONAIS E PEDAGÓGICOS

1 História do pensamento pedagógico brasileiro.	01
1.1 Teoria da educação, diferentes correntes do pensamento pedagógico brasileiro.	01
1.2 Projeto político pedagógico.	01
2 A didática e o processo de ensino e aprendizagem.	15
2.1 Organização do processo didático: planejamento, estratégias e metodologias, avaliação.	15
2.2 A sala de aula como espaço de aprendizagem e interação.	15
2.3 A didática como fundamento epistemológico do fazer docente.	15
3 Principais teorias da aprendizagem.	29
3.1 Inatismo, comportamentalismo, behaviorismo, interacionismo, cognitivismo.	29
3.2 As bases empíricas, metodológicas e epistemológicas das diversas teorias de aprendizagem.	29
3.3 Contribuições de Piaget, Vygotsky e Wallon para a psicologia e pedagogia.	29
3.4 Teoria das inteligências múltiplas de Gardner.	29
3.5 Psicologia do desenvolvimento: aspectos históricos e biopsicossociais.	29
3.6 Temas contemporâneos: bullying, o papel da escola, a escolha da profissão, transtornos alimentares na adolescência, família, escolhas sexuais.	29
4 Teorias do currículo.	76
4.1 Acesso, permanência e sucesso do aluno na escola.	76
4.2 Gestão da aprendizagem.	76
4.3 Planejamento e gestão educacional.	76
4.4 Avaliação institucional, de desempenho e de aprendizagem.	76
4.5 O Professor: formação e profissão.	76
4.6 A pesquisa na prática docente.	76
4.7 A dimensão ética da profissão.	76
5 Aspectos legais e políticos da organização da educação brasileira.	112
6 Políticas educacionais para a educação básica.	121
6.1 Ensino Médio.	121
6.1.1 Diretrizes, Parâmetros Curriculares, currículo e avaliação.	121
6.1.2 Interdisciplinaridade e contextualização no Ensino Médio.	121
6.1.3 Ensino Médio Integrado: fundamentação legal e curricular.	121
6.2 Educação Inclusiva.	121
6.3 Educação, trabalho, formação profissional e as transformações do Ensino Médio.	121
6.4 Protagonismo Juvenil e Cidadania.	121

1 HISTÓRIA DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO BRASILEIRO.
1.1 TEORIA DA EDUCAÇÃO, DIFERENTES CORRENTES DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO BRASILEIRO.
1.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.

1 HISTÓRIA DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO BRASILEIRO.

Pensamento Pedagógico Brasileiro: por uma real mudança

O Brasil, conforme Wehling (1994), no início do século XIX, ao cabo de três séculos de colonização era um país de contrastes, de situações extremas: de um lado o litoral e de outro o sertão, riqueza e pobreza, cultura popular sincrética e ortodoxia filosófica e religiosa, de uma devassidão de costumes e de uma rigidez impecável de comportamento, valores cristãos e de escravidão, mandonismo rural e massa servil, economia exportadora e produção de autoconsumo, prevalecendo ainda a contradição de um país dividido em múltiplas dicotomias. E uma delas, a educação.

Lembremos que a nação brasileira, conforme Monarcha (2009) era inculta, patriarca, conservadora, oligárquica e acima de tudo, estava atrasada e doente. Na verdade, esta foi a cara do Brasil na Primeira República, que sucede o período de escravidão, da abolição e do tempo monárquico pós-independência.

Neste atravessamento, os livres pensadores da época, com suas visões incertas de mundo, livres da religião e cheios de métodos científicos veem no novo regime – A República, como derradeira abolição dos privilégios de classe, cor, raça e religião. Todavia não representou a alforria para a maioria ao ingresso na vida, no mercado de trabalho e em especial na educação. Isto porque não houve esclarecimento e conquista das massas humanas, sob os princípios das luzes e virtudes que por sinal foram a euforia da aurora da Primeira República, mas que, infelizmente esquecida e apagadas as luzes e as virtudes postas de lado, em favor da

"[...] depravação dos costumes, à predominância dos vícios oligárquicos [...], à transformação da liberdade em licenciosidade, à instrução popular reduzida ao ler e escrever de poucos". Na verdade, milhares de excluídos da alfabetização.

E o Estado-República? Após treze anos, conforme Monarcha (2009), o governo nada fez para ensinar o povo a ler e escrever. De repente o governo acorda e se depara com a possível ruína da nação, das elites e do povo, pois o ímpeto modernizador republicano se perderá. Sem povo não existe nação e não temos povo no Brasil, porque não temos educação nacional organizada.

A intervenção ou medicação para esta crise foi indicada em 1927, na 1ª Conferência Nacional de Educação, no qual profissionais especialmente do campo da saúde e do

ensino por meio do lema norte-americano: sanitation over all, visam a higienização do povo através do saneamento do meio físico, social e moral eliminando a "doença endêmica multiforme e a ignorância do povo".

O povo é inculto e está doente! Acreditem, a educação e a saúde são o elixir com direito a bula que deverá higienizar e educar o povo. Tomando, lendo e seguindo à risca a bula o povo terá acesso à riqueza, ao progresso, ao civismo, ao respeito e moralidade tão desejados ao povo ou do povo para alguém?

Conforme Bomeny, "O grande problema do Brasil, o analfabetismo de praticamente 80% de sua população, aparece como uma condenação ao projeto republicano". Essa citação apresenta um quadro, não tão confiável em termos de dados conforme Bomeny (2001), mas delata a instabilidade educacional e política da nação no início do século XX. Para corrigir tal distorção, houve um empenho nacional pela alfabetização em massa. "O remédio parecia milagroso: alfabetizando a população, corrigiam-se de pronto todas as mazelas que afetavam a sociedade brasileira em sua expressiva maioria".

Na verdade, vigorou o princípio da ciência positivista com caráter liberal, como direção essencial para instaurar o progresso, a inovação no país. Um destes movimentos foi chamado de Escola Nova, tendo como base Anísio Teixeira e organizado por intelectuais inspirados nas ideias político-filosóficas de igualdade entre os homens e do direito de todos à educação. "O movimento via na educação integral vinculada a um sistema estatal de ensino público, livre e aberto, como sendo capaz de modernizar o homem brasileiro, e de transformar essa espécie de "Jeca Tatu" em um sujeito laborioso, disciplinado, saudável e produtivo".

Devemos considerar que esta força intelectual (1910-1935), desejava pela educação, salvar o Brasil do estrago causado por uma política educacional elitista, responsável pelos índices de analfabetismo, bem como pela doença que se alastrou sobre a nação. Nesta perspectiva, os ideais para a renovação da educação foram influenciados em grande parte pela calorosa "conversão" de Anísio Teixeira no movimento educacional norte-americano (pragmatismo), pelo qual o aprendizado ocorre pela capacidade de observação, experimentação do aluno tendo como orientador, ou facilitador o professor treinado para este fim.

O movimento reformador queria ver contemplado as suas demandas políticopedagógicas por meio de um sistema nacional de educação, bem como definir um programa educacional para o país. Houve muitas discussões e participações de segmentos. A Igreja acaba participando da discussão na tentativa de garantir seus interesses e territórios enquanto formadora de mentes e de condutas. Já, os educadores reformistas que elaboraram em 1932 o Manifesto da Educação Nova, defendendo a democratização da educação - escola pública gratuita e laica.

Em contrapartida, outro movimento buscava estabelecer a proposta de Fernando Azevedo, que tem como base a distinção clara entre educação para elite, enquanto civilizadora e, a educação para a massa, enquanto força instintiva e afetiva. As discussões se estenderam, e os pioneiros são acusados de partidários de ideais contrários aos interesses

da nação. O interessante é que este grupo objetivava ser reconhecido como base para uma sociedade capitalista, liberal e de livre-mercado.

Todavia, no pós 1930, alguns interesses educacionais da nação foram reclamados na Reforma de Capanema, e houve a retomada das campanhas sanitárias, que viabilizaram as Reformas no Ensino Secundário tendo como base as orientações humanistas de caráter elitista; criação do Sistema de Ensino Profissional (Senai, Sesi, Senac, Sesc) direcionado ao povo visando formar mão-de-obra qualificada e, Reforma Universitária objetivando um padrão nacional de organização. Em suma, criados para incorporar a massa inculta ao mercado de trabalho e este efeito permanece até hoje.

Por uma prática libertadora

No atravessamento de ideais, Germano (1993), diz que a vida política do Brasil sempre esteve enlaçada pelas Forças Armadas e em especial pelo exército, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, com a Guerra do Paraguai (1865-1870), a qual revelou conflitos entre o Exército e o Poder Imperial. Esses laços se estenderam à abolição da escravatura em 1888; na instauração da República em 1889; cooperou para o fim da República em 1930; auxiliou no estabelecimento da ditadura de Vargas, período conhecido como Estado Novo; destituiu o mesmo Vargas em 1945, bem como, esteve presente no suicídio de Vargas; e, instaurou o golpe de Estado de 1964.

O Estado Novo constitui-se, de acordo com Germano (1993), na consolidação do domínio burguês no Brasil e este movimento efetiva uma acentuada intervenção do Estado na economia, na modernização, na educação, entre outros, fazendo com que os militares abandonem as posições reformistas e busquem neste momento, o fortalecimento das "Forças Armadas, na segurança interna e na defesa externa". Esse deslocamento dos militares preanunciava um aspecto importante do pós 64: a ideologia da Segurança Nacional. Ou seja, é o momento do antiliberalismo e do anticomunismo.

Devido a crise econômica e política, o início dos anos 60 foi crítico para as elites brasileiras. Conforme Germano (1993), a instabilidade e insustentabilidade do Estado em criar condições favoráveis para um crescimento econômico e de garantir a seletividade de classe e a reprodução da dominação política da burguesia, em 1964 é deflagrado através da participação da elite, de multinacionais, do Governo dos Estados Unidos, e das Forças Armadas como executiva, o golpe, chamado pelos militares de Revolução de 64. A ditadura foi consolidada enquanto processo pelos chamados Atos Institucionais - AI, por meio dos quais, os direitos civis são aluídos. Nessa brutal repressão, milhares de pessoas tornaram-se expatriados políticos, torturadas, mortas em nome da Segurança Nacional.

O regime militar, deste período, realizou a Reforma Universitária, através da Lei 5.540/68, e a Reforma do Ensino de 1º e 2º Grau, Lei 5.692/71. Nessas propostas, o homem deverá ser adestrado para a Segurança Nacional.

Em um cenário de intensos discursos e ações, surgem ideais em favor de reformas estruturais na sociedade brasileira. Em um primeiro momento, Paulo Freire traz a possibilidade de compreendermos que pela educação, enquanto prática libertadora será possível ampliar a participação das massas e conduzi-las à sua organização crescente, conforme Gadotti (1995) citando Freire:

[...] as elites (intelectuais) são assistencialistas e não têm receio de recorrer à repressão e ao autoritarismo quando se sentem ameaçadas. Por outro lado, as classes médias estão em busca de ascensão social e se apoiam nas elites. Desta forma, a solução para transformar a sociedade opressora está nas mãos das massas populares, "conscientes e organizadas". (GADOTTI, 1995)

Nessa perspectiva, a pedagogia do oprimido, enquanto processo, buscaria a superação de uma cultura colonial para uma sociedade aberta. Esse movimento deveria buscar a conscientização do sujeito articulado com uma práxis desafiadora e transformadora da realidade. Para tanto, torna-se imprescindível estabelecer um diálogo crítico horizontal (oposta ao eletismo) como condição para favorecer e sustentar o amor, a humildade, a esperança, fé e confiança nas relações entre os sujeitos para descobrirem-se como sujeitos históricos no processo.

Em linhas gerais, Paulo Freire, conforme Gadotti (1995), caracteriza duas concepções opostas de educação: a concepção bancária literalmente burguesa, pois, o educador é o que sabe e julga e os alunos meros objetos. Em contrapartida, a concepção problematizadora funda-se justamente na relação dialógica dialética entre educador e educando – ambos aprendem juntos, ambos se emancipam.

Ser fiel a Paulo Freire significa, antes de mais nada, reinventá-lo e reinventar-se como ele. Nisto aliás, consiste a superação (aufhebung) na dialética: não é nem a cópia e nem a negação do passado, do caminho já percorrido pelos outros. É a sua transformação e, ao mesmo tempo, a conservação do que há de fundamental e original nele, e a elaboração de uma síntese qualitativa. (GADOTTI, 1995).

Em outro movimento, de acordo com Gadotti (1995), o educador e antropólogo Brandão nos apresenta a educação popular como alternativa à educação dominante e à conquista de novas formas de organização de classes. Esse deslocamento aconteceria através de uma educação como processo de humanização ao longo da vida e de maneira variada.

Então, o processo de ensino-aprendizagem não é algo imposto e sim um ato de conhecimento e de transformação social, pois, o aprender se daria a partir do conhecimento que o aluno traz consigo, ou seja, um saber popular e para o educador é estar comprometido politicamente e, ser solidário e responsável por buscar a direção justa para que possam em conjunto construir uma consciência cidadã até que o "povo assume de uma vez o leme e a direção do barco" (GADOTTI, 1995).

Nesta perspectiva, a educação popular, será um processo que busca na organização e na persistência, a participação na formação, o "fortalecimento e instrumentalização das práticas e dos movimentos populares, com o objetivo de apoiar a passagem do saber popular ao saber orgânico, ou seja, do saber da comunidade ao saber de classe na comunidade".

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1 Conceito de administração pública.....	01
2 Conceito de servidor público.....	03
3 Princípios da administração pública.....	05
4 Direitos e deveres dos servidores públicos.....	08
5 Responsabilidade dos servidores públicos.....	23
6. Servidor Estadual.....	25
6.1 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará (Lei nº 9.826/1974).....	25
6.1.1 Do provimento dos cargos – Capítulos I a X.....	25
6.1.2 Dos direitos, vantagens e autorizações – Capítulos I a VI.....	29
6.1.3 Do regime disciplinar – título VI – Capítulos I a VII).....	35
6.2 Lei nº 15.243/2012 (Disciplina o Art. 3º da lei nº 15.064/2011).....	42
6.3. Estágio Probatório Servidor Estadual (Lei nº 9.826/1974, LEI Nº13.092. de 08 de janeiro de 2001, LEI Nº15.744, 29 de dezembro de 2014 e Lei nº 15.909, de 11 de dezembro de 2015).....	44
6.4.Carreira do Magistério-Concurso, provimento, carga horaria e jornada de trabalho(Lei nº10.884/1984, Lei 12.066/1993, Lei nº 14.404/2009).....	46
6.5. Ampliação da carga horária de trabalho do Grupo MAG (LEI Nº15.451, de 23 de outubro de 2013 e o Decreto nº31.458, de 01 de abril de 2014.).....	61
6.6. Promoção profissionais Grupo MAG (Lei nº 15.901 de 10 de dezembro de 2015, DECRETO Nº32.103, de 12 de dezembro de 2016).....	64
6.7. Sistema Remuneratório dos profissionais MAG de nível superior (leis nº 15.243, de 6 de dezembro de 2012, nº15.901, de 10 de dezembro de 2015, LEI Nº16.104, 12 de setembro de 2016, nº16.513, 15 de março de 2018 e nº16.536, 06 de abril de 2018).....	68

LEGISLAÇÃO BÁSICA DA EDUCAÇÃO:

1 Lei no 9.394/1996 e alterações (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, títulos I, II, III,IV, V e VI).	74
2 Lei no 8.069/1990 e alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).	88
3 Constituição da República Federativa do Brasil (Art. 205 a 214).	142
4 Emenda Constitucional no 53/2006.	145
5 Lei no 11.494/2007 e alterações.	147
6 Lei no 11.114/2005.	158
7 Lei no 11.274/2006.	158
8 Lei nº 13.415, de 2017.	159
9 Lei Federal Nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação).	162
10 Lei Estadual Nº 16.025/2016 (Plano Estadual de Educação).	179

Prof. Ma. Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Advogada e pesquisadora. Doutoranda em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília – UNB. Mestre em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM) – bolsista CAPES. Professora de curso preparatório para concursos e universitária da Universidade Federal de Goiás – UFG. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, anais de eventos e livros, notadamente na área do direito eletrônico, dos direitos humanos e do direito constitucional.

1 CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Estado: conceito, elementos e natureza

“O conceito de Estado varia segundo o ângulo em que é considerado. Do ponto de vista sociológico, é corporação territorial dotada de um poder de mando originário; sob o aspecto político, é comunidade de homens, fixada sobre um território, com potestade superior de ação, de mando e de coerção; sob o prisma constitucional, é pessoa jurídica territorial soberana; na conceituação do nosso Código Civil, é pessoa jurídica de Direito Público Interno (art. 14, I). Como ente personalizado, o Estado tanto pode atuar no campo do Direito Público como no do Direito Privado, mantendo sempre sua única personalidade de Direito Público, pois a teoria da dupla personalidade do Estado acha-se definitivamente superada. O Estado é constituído de três elementos originários e indissociáveis: Povo, Território e Governo soberano. Povo é o componente humano do Estado; Território, a sua base física; Governo soberano, o elemento condutor do Estado, que detém e exerce o poder absoluto de autodeterminação e auto-organização emanado do Povo. Não há nem pode haver Estado independente sem Soberania, isto é, sem esse poder absoluto, indivisível e incontestável de organizar-se e de conduzir-se segundo a vontade livre de seu Povo e de fazer cumprir as suas decisões inclusive pela força, se necessário. A vontade estatal apresenta-se e se manifesta através dos denominados Poderes de Estado. Os Poderes de Estado, na clássica tripartição de Montesquieu, até hoje adotada nos Estados de Direito, são o Legislativo, o Executivo e o judiciário, independentes e harmônicos entre si e com suas funções reciprocamente indelegáveis (CF, art. 2º). A organização do Estado é matéria constitucional no que concerne à divisão política do território nacional, a estruturação dos Poderes, à forma de Governo, ao modo de investidura dos governantes, aos direitos e garantias dos governados. Após as disposições constitucionais que moldam a organização política do Estado soberano, surgem, através da legislação complementar e ordinária, e organização administrativa das entidades estatais, de suas autarquias e entidades paraestatais instituídas para a execução desconcentrada e

descentralizada de serviços públicos e outras atividades de interesse coletivo, objeto do Direito Administrativo e das modernas técnicas de administração”¹.

Em termos históricos, o Estado Moderno passou por fases que implicaram na definição de três modelos estatais.

Inicialmente, o Estado se erige na forma de um **Estado Absoluto**, no qual o poder é exercido por um soberano de forma ilimitada. No decorrer das Revoluções que desmontaram na Europa – Gloriosa e Francesa – e na própria América – Independência Norte-americana, surgem demandas por um modelo de Estado que interferisse menos na vida do indivíduo, permitindo o exercício de liberdades individuais e do direito de propriedade, além de outros direitos civis, bem como a participação popular na tomada de decisões, na forma de direitos políticos: nasce o modelo do **Estado Liberal**.

Num momento posterior, quando se experimentaram os reflexos da revolução industrial e do pós-guerra, bem como da própria reestruturação dos modelos econômicos capitalista e socialista, surgem demandas classistas na busca da retomada da intervenção do Estado na economia e nas relações trabalhistas, assegurando equilíbrio na exploração econômica por parte daqueles que detinham o poder econômico: surge então o **Estado Social**.

Adiante, especialmente após a crise de 1929 e o fim da 2ª Guerra Mundial, surge a necessidade de coadunar tais ideais, focando não apenas no indivíduo, mas também nas demandas coletivas da sociedade: surge o **Estado Democrático de Direito**, uma resposta concomitante à frieza liberal quanto ao indivíduo e ao déficit democrático do Estado Social, intensificando-se a participação popular no poder.

Com efeito, o Estado é uma organização dotada de personalidade jurídica que é composta por **povo, território e soberania**. Logo, possui homens situados em determinada localização e sobre eles e em nome deles exerce poder. É dotado de personalidade jurídica, isto é, possui a aptidão genérica para adquirir direitos e contrair deveres. Nestes moldes, o Estado tem natureza de **pessoa jurídica de direito público**.

Destaca-se o artigo 41 do Código Civil:

Art. 41. São pessoas jurídicas de direito público interno:

*I - a **União**;*

*II - os **Estados, o Distrito Federal e os Territórios**;*

*III - os **Municípios**;*

*IV - as **autarquias**;*

*V - as demais **entidades de caráter público criadas por lei**.*

Parágrafo único. Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas deste Código.

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1993.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nestes moldes, o Estado é pessoa jurídica de direito público interno. Mas há características peculiares distintivas que fazem com que afirmá-lo apenas como pessoa jurídica de direito público interno seja correto, mas não suficiente. Pela peculiaridade da função que desempenha, o Estado é verdadeira **pessoa administrativa**, eis que concentra para si o exercício das atividades de administração pública.

A expressão pessoa administrativa também pode ser colocada em sentido estrito, segundo o qual seriam pessoas administrativas aquelas pessoas jurídicas que integram a administração pública sem dispor de autonomia política (capacidade de auto-organização). Em contraponto, pessoas políticas seriam as pessoas jurídicas de direito público interno – União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Estado, Governo e Administração: conceitos, aspectos organizacionais

Trata-se de pessoa jurídica, e não física, porque o Estado não é uma pessoa natural determinada, mas uma estrutura organizada e administrada por pessoas que ocupam cargos, empregos e funções em seu quadro.

Logo, pode-se dizer que o Estado é uma ficção, eis que não existe em si, mas sim como uma estrutura organizada pelos próprios homens.

É de direito público porque administra interesses que pertencem a toda sociedade e a ela respondem por desvios na conduta administrativa, de modo que se sujeita a um regime jurídico próprio, que é objeto de estudo do direito administrativo.

Em face da organização do Estado, e pelo fato deste assumir funções primordiais à coletividade, no interesse desta, fez-se necessário criar e aperfeiçoar um sistema jurídico que fosse capaz de reger e viabilizar a execução de tais funções, buscando atingir da melhor maneira possível o interesse público visado.

Tal papel é atribuído à **Administração**, que no âmbito executivo tem sua função máxima exercida pelo **Governo**.

A execução de funções exclusivamente administrativas constitui, assim, o objeto do Direito Administrativo, ramo do Direito Público. A função administrativa é toda atividade desenvolvida pela Administração (Estado) representando os interesses de terceiros, ou seja, os interesses da coletividade.

Devido à natureza desses interesses, são conferidos à Administração direitos e obrigações que não se estendem aos particulares. Logo, a Administração encontra-se numa posição de superioridade em relação a estes.

Importante, neste ponto, frisar a diferença entre as formas de gestão quando se está diante da execução do interesse público – situação do Estado e da Administração – e quando se está diante de interesse privado. A gestão pública sempre deve assumir a feição de permitir ao cidadão exercer seus direitos e deveres em sociedade, enquanto que na gestão privada caberá a priorização de atendimento ao cliente.

Não obstante, se, por um lado, o Estado é uno, até mesmo por se legitimar na soberania popular; por outro lado, é necessária a divisão de funções das atividades estatais de maneira equilibrada, o que se faz pela divisão de Poderes, a qual resta assegurada no artigo 2º da Constituição Federal.

A função típica de administrar – gerir a coisa pública e aplicar a lei – é do Poder Executivo; cabendo ao Poder Legislativo a função típica de legislar e ao Poder Judiciário a função típica de julgar. Em situações específicas, será possível que no exercício de funções atípicas o Legislativo e o Judiciário exerçam administração.

Administração pública: sentidos amplo e estrito

Conceito	Sentido amplo	Sentido estrito
Subjetivo, orgânico ou formal	Órgãos governamentais e administrativos	Apenas órgãos administrativos
Objetivo, material ou funcional	Funções políticas e administrativas	Apenas funções administrativas

Por sua vez, conceituando-se administração pública, “em sentido **objetivo**, material ou funcional, a administração pública pode ser definida como a **atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve**, sob regime jurídico de direito público, para a consecução dos interesses coletivos”; ao passo que “em sentido **subjetivo**, formal ou orgânico, pode-se definir Administração Pública, como sendo o **conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas** aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado”². Logo, o sentido objetivo volta-se à atividade administrativa em si, ao passo que o sentido subjetivo se concentra nos órgãos que a exercem.

Em ambos casos, a distinção do sentido amplo para o restrito está nas espécies de atividades e órgãos que são abrangidos. No sentido amplo, inserem-se as atividades desempenhadas pelos órgãos de alto escalão no âmbito governamental, no exercício de funções essencialmente políticas; além das atividades tipicamente administrativas desempenhadas pelos diversos órgãos que compõem a administração executando seus fins de interesse público. No sentido estrito, excluem-se as atividades políticas, abrangendo-se apenas atividades administrativas.

2 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 23. ed. São Paulo: Atlas editora, 2010.

LÍNGUA PORTUGUESA

Letra e Fonema.....	01
Estrutura das Palavras.....	04
Classes de Palavras e suas Flexões.....	07
Ortografia.....	44
Acentuação.....	47
Pontuação.....	50
Concordância Verbal e Nominal.....	52
Regência Verbal e Nominal.....	58
Frase, oração e período.....	63
Sintaxe da Oração e do Período.....	63
Termos da Oração.....	63
Coordenação e Subordinação.....	63
Crase.....	71
Colocação Pronominal.....	74
Significado das Palavras.....	76
Interpretação Textual.....	83
Tipologia textual.....	85

Na produção de vogais, a boca fica aberta ou entreaberta. As vogais podem ser:

- **Orais:** quando o ar sai apenas pela boca: /a/, /e/, /i/, /o/, /u/.

- **Nasais:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais.

/ã/: *fã, canto, tampa*

/ẽ /: *dente, tempero*

/ĩ/: *lindo, mim*

/õ/: *bonde, tombo*

/ũ /: *nunca, algum*

- **Átonas:** pronunciadas com menor intensidade: *até, bola*.

- **Tônicas:** pronunciadas com maior intensidade: *até, bola*.

Quanto ao timbre, as vogais podem ser:

- Abertas: *pé, lata, pó*

- Fechadas: *mês, luta, amor*

- Reduzidas - Aparecem quase sempre no final das palavras: *dedo* ("dedu"), *ave* ("avi"), *gente* ("genti").

2) Semivogais

Os fonemas /i/ e /u/, algumas vezes, não são vogais. Aparecem apoiados em uma vogal, formando com ela uma só emissão de voz (uma sílaba). Neste caso, estes fonemas são chamados de *semivogais*. A diferença fundamental entre vogais e semivogais está no fato de que estas não desempenham o papel de núcleo silábico.

Observe a palavra *papai*. Ela é formada de duas sílabas: *pa - pai*. Na última sílaba, o fonema vocálico que se destaca é o "a". Ele é a vogal. O outro fonema vocálico "i" não é tão forte quanto ele. É a semivogal. Outros exemplos: *saudade, história, série*.

3) Consoantes

Para a produção das consoantes, a corrente de ar expirada pelos pulmões encontra obstáculos ao passar pela cavidade bucal, fazendo com que as consoantes sejam verdadeiros "ruídos", incapazes de atuar como núcleos silábicos. Seu nome provém justamente desse fato, pois, em português, sempre consoam ("soam com") as vogais. Exemplos: /b/, /t/, /d/, /v/, /l/, /m/, etc.

Encontros Vocálicos

Os encontros vocálicos são agrupamentos de vogais e semivogais, sem consoantes intermediárias. É importante reconhecê-los para dividir corretamente os vocábulos em sílabas. Existem três tipos de encontros: o *ditongo*, o *tritongo* e o *hiato*.

1) Ditongo

É o encontro de uma vogal e uma semivogal (ou vice-versa) numa mesma sílaba. Pode ser:

- **Crescente:** quando a semivogal vem antes da vogal: *sé-rie* (i = semivogal, e = vogal)

- **Decrescente:** quando a vogal vem antes da semivogal: *pai* (a = vogal, i = semivogal)

- **Oral:** quando o ar sai apenas pela boca: *pai*

- **Nasal:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais: *mãe*

2) Tritongo

É a sequência formada por uma semivogal, uma vogal e uma semivogal, sempre nesta ordem, numa só sílaba. Pode ser oral ou nasal: *Paraguai* - Tritongo oral, *quão* - Tritongo nasal.

3) Hiato

É a sequência de duas vogais numa mesma palavra que pertencem a sílabas diferentes, uma vez que nunca há mais de uma vogal numa mesma sílaba: *saída* (sa-í-da), *poesia* (po-e-si-a).

Encontros Consonantais

O agrupamento de duas ou mais consoantes, sem vogal intermediária, recebe o nome de *encontro consonantal*. Existem basicamente dois tipos:

1-) os que resultam do contato consoante + "l" ou "r" e ocorrem numa mesma sílaba, como em: *pe-dra, pla-no, a-tle-ta, cri-se*.

2-) os que resultam do contato de duas consoantes pertencentes a sílabas diferentes: *por-ta, rit-mo, lis-ta*.

Há ainda grupos consonantais que surgem no início dos vocábulos; são, por isso, inseparáveis: *pneu, gno-mo, psi-có-lo-go*.

Dígrafos

De maneira geral, cada fonema é representado, na escrita, por apenas uma letra: *lixo* - Possui quatro fonemas e quatro letras.

Há, no entanto, fonemas que são representados, na escrita, por duas letras: *bicho* - Possui quatro fonemas e cinco letras.

Na palavra acima, para representar o fonema /xe/ foram utilizadas duas letras: o "c" e o "h".

Assim, o *dígrafo* ocorre quando duas letras são usadas para representar um único fonema (di = dois + grafo = letra). Em nossa língua, há um número razoável de dígrafos que convém conhecer. Podemos agrupá-los em dois tipos: consonantais e vocálicos.

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DADOS INDICADORES EDUCACIONAIS

Leitura e interpretação de dados e indicadores educacionais envolvendo dados e informações referentes à matrícula, à taxa de atendimento escolar, às taxas de escolarização líquida e bruta, à taxa de distorção idade-série, às taxas de rendimento (aprovação, reprovação e abandono), aos resultados do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE, do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA;..... 02

Leitura e interpretação de dados apresentados em tabelas, gráficos e mapas;..... 12

Resolução de problemas que envolvam o cálculo de porcentagem com dados fornecidos em diferentes formatos... 21

Conhecimentos Básicos

Os indicadores educacionais atribuem valor estatístico à qualidade do ensino, atendo-se não somente ao desempenho dos alunos mas também ao contexto econômico e social em que as escolas estão inseridas. Eles são úteis principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos. Dessa forma, contribuem para a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola.

O emprego de indicadores, nos últimos tempos, na área da educação, tem sido um respeitável instrumento de gestão, pois identifica situações que necessitam de mudanças, de incentivos ou aprimoramento. Os indicadores são compostos por parâmetros quantitativos e qualitativos que auxiliam no acompanhamento de determinada atividade, apontando se os objetivos estão sendo atingidos ou se há necessidade de intervenção.

Para verificar a execução desse objetivo, são necessários indicadores de resultados educacionais que permitam avaliar o que os educandos estão aprendendo, se estão sendo aprovados e se estão finalizando a educação básica na idade correspondente.

Os indicadores sociais são meios utilizados para indicar os países como sendo: desenvolvidos, economicamente emergente ou subdesenvolvidos. É uma medida, que ficou confinada às esferas técnicas e acadêmicas (estatísticos e matemáticos), usada na sua intensidade para traduzir quantitativamente um conceito social abstrato e informar algo sobre determinado aspecto da realidade social, para fins de pesquisa acadêmica ou visando a formulação de políticas, monitoramento, avaliação, eficácia ou a ineficácia de programas e atividade pública efetivada, defendendo assim posições quanto às prioridades da sociedade. (JANNUZZI 2012, p.21).

Os indicadores educacionais de qualidade são produzidos para atribuir um valor estatístico à qualidade do ensino de uma escola ou rede, não se prendendo somente ao desempenho dos estudantes, mas igualmente ao contexto econômico e social em que as escolas estão inseridas. Úteis principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, os indicadores analisam o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos, contribuindo para a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola.

Em 1995, o Brasil criou um sistema de avaliação em larga escala que permitiu acompanhar a evolução do desempenho dos alunos até os dias atuais. Com esses instrumentos, o Brasil hoje está preparado para definir indicadores e metas de qualidade, monitorá-las e instituir políticas públicas focadas no alcance dessas metas.

Os indicadores mais utilizados pelo INEP para avaliação de escolas e redes de ensino básico são: a taxa de atendimento, as taxas de rendimento (aprovação, reprovação e abandono) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

Dados do Censo Escolar da Educação Básica – 2017

O Ministério da Educação (MEC) divulgou, nesta quarta-feira (31), o Censo Escolar da Educação Básica. A pesquisa anual do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é feita para monitorar, avaliar e elaborar políticas públicas educacionais no país. O país conta com 184,1 mil escolas — sendo que a maior parte (112,9 mil, o que equivale a dois terços) é de responsabilidade municipal.

Do total de colégios, 21,7% são particulares. 116 mil instituições de ensino oferecem ensino fundamental. O ensino médio é oferecido em 28,5 mil instituições de ensino que atendem 7,9 milhões de matriculados, dos quais 7,9% têm atividades em tempo integral (em 2016, eram 6,4%). Já no ensino fundamental, que tem 48,6 milhões de matriculados, a taxa de alunos em período integral é de 13,9%. O MEC, no entanto, comemorou o aumento das matrículas em escola de tempo integral em escolas públicas de todo o país e atribuiu esse aumento à Política de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Só neste ano, segundo a ministra em exercício, foram liberados R\$ 406 milhões para apoiar estados na implementação dessas unidades.

A queda no número de matriculados no ensino médio foi tema bastante discutido na entrevista coletiva. “O ensino médio vem sendo o grande gargalo da educação brasileira. Iniciamos o século 21 e o problema permanece. O que esse dado está mostrando é algo extremamente preocupante”, afirmou a ministra em exercício da Educação, Maria Helena de Castro.

Um dos problemas apontados por ela e que deve ser analisado é o alto índice de jovens inativos, ou seja, aqueles que não trabalham nem estudam. “Chama a atenção pela quantidade. Por isso que o MEC colocou na sua prioridade de agenda a reforma do ensino médio, uma série de ações e a base curricular”, disse a ministra.

Outro grande problema é a questão de que muitos alunos estão na escola, mas na idade escolar errada. Segundo os dados do INEP, isso ocorre tanto pela reprovação quanto pela alta taxa de abandono escolar, principalmente após o ensino fundamental. De acordo com o censo, nos anos iniciais, observa-se menores taxas de distorção nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo, onde, respectivamente, 69,1%, 61,7% e 56,6% dos municípios apresentaram taxas menores que 5%.

Já nos anos finais, há uma piora nas estatísticas, em que apenas cinco estados têm algum município com taxas de distorção idade-série inferior a 5%. Os indicadores de aprovação também caíram nesta etapa. Para a presidente do INEP, Maria Inês Fini, há uma cultura de reprovação na sociedade. E isso faz o aluno ficar ainda mais desmotivado e abandonar o colégio. “É uma crença de que a reprovação agrega conhecimento. E é o contrário. Temos uma difusão da ideia de que a escola boa é a escola que reprova, mas não. Escola boa é aquela que ensina todos os alunos diferentes, na idade prevista, aquilo que eles têm que aprender”, disse Fini. “A aprovação revela a trajetória de sucesso dos alunos. E a reprovação aponta a necessidade de renovar os caminhos”, completou.

O levantamento foi detalhado em entrevista coletiva na manhã desta quarta-feira (31), pela ministra da Educação em exercício, Maria Helena Guimarães de Castro. Foram apresentados os principais números do levantamento estatístico realizado em 2017 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Problemas de acessibilidade e estrutura

Chama a atenção a redução no número de pré-escolas (de 106.204, em 2016, para 105.200, em 2017) e de escolas de educação infantil (de 117.191 para 116.472). Ao mesmo tempo, houve crescimento na quantidade de creches, que saltaram de 65.249 para 67.902. As últimas, porém, se destacam pela precariedade em relação à estrutura, pois 61,1% têm banheiro adequado à educação infantil e apenas 33,9%, berçário. Na educação infantil, a realidade não muda muito, pois só 32,1% das escolas contam com banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. Mas o Censo aponta uma evolução das matrículas na educação infantil, especialmente nas creches.

Entre as escolas do ensino fundamental, o número de matrículas caiu. Um dado marcante em infraestrutura é o número de unidades com rede de esgoto: menos da metade (41,6%). Outros 52,3% dispõem apenas de fossa, enquanto 6,1% das escolas não têm sistema de esgoto sanitário. Os estados da região Norte são os mais afetados por essa carência estrutural, o que se explicaria, principalmente, pela menor presença de rede pública de abastecimento nesta região.

Docentes

Mais de 2,2 milhões de professores dão aulas na educação básica brasileira e a grande maioria é formada por mulheres. Cerca de 80% dos docentes são do sexo feminino, sendo que destas, mais da metade possui 40 anos de idade ou mais.

Entre os números das estatísticas do Inep, o percentual de professores com formação mais adequada para língua estrangeira nas turmas dos anos iniciais do fundamental foi o mais baixo entre todas as disciplinas: apenas 42% estão devidamente preparados. O melhor resultado do indicador é para educação física (69,8%).

Para os anos finais do ensino fundamental, o Indicador de Adequação da Formação Docente demonstrou que o pior resultado se dá para a disciplina de artes, já que apenas 31,5% dos docentes possuem a formação adequada para ensinar a matéria. O melhor resultado é observado em língua portuguesa: 62,5% dos professores possuem a formação mais adequada.

No ensino médio, a maior carência no indicador está em sociologia, em que apenas 27,1% têm a formação necessária. Os melhores resultados do indicador de formação são observados para as disciplinas biologia, língua portuguesa, educação física, matemática e geografia, com percentuais acima de 70%.¹

Acesse o link a seguir e veja as notas estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica 2017:

<https://drive.google.com/file/d/1ul8OptGdTzory5J0m-TvvSzILCrXmWeE/view>

¹Fonte: www.portal.inep.gov.br/www.educere.bruc.com.br/ www.correiobraziliense.com.br

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DADOS E INDICADORES EDUCACIONAIS ENVOLVENDO DADOS E INFORMAÇÕES REFERENTES À MATRÍCULA, À TAXA DE ATENDIMENTO ESCOLAR, ÀS TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA E BRUTA, À TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE, ÀS TAXAS DE RENDIMENTO (APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E ABANDONO), AOS RESULTADOS DO SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CEARÁ - SPAECE, DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - SAEB, EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM, ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB, PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ALUNOS - PISA;

Matricula

Número médio de matrículas-ano dispendidas por concluinte

Expressa o número médio de matrículas ano, a partir de uma determinada coorte, por concluinte, utilizado para a obtenção de um concluinte, em determinado nível de ensino.

$$RESM_k^{(c)} = \frac{MA_k}{Con_k^{(c)} \cdot ns_k}$$

MA_k = total de matrículas-anos dispendidas pela coorte com os alunos no fluxo escolar reconstruído a partir de um determinado conjunto de taxas de transição, no nível de ensino k ;

$Con(c)k$ = total de concluintes da coorte no nível de ensino k ;

ns_k = número de séries no nível de ensino k .

onde :

k = ensino fundamental, ensino médio e educação básica.

(c) = coorte hipotética

Este indicador é calculado a partir da simulação do fluxo escolar, ou seja, a aplicação das taxas de promoção, repetência e evasão numa coorte fictícia, considerando que o ensino fundamental é composto por 8 séries e o ensino médio, por 3 séries.

Matrícula-anos significa o número de matrículas que se gasta para que um aluno conclua um determinado nível de ensino.

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DADOS INDICADORES EDUCACIONAIS

Questões do estatuto da criança e do adolescente.....	01
Questões referentes à lei de diretrizes e bases da educação (lei n. 9.394/96).....	31

Camila Santos Cury

Graduada pelas Faculdades Metropolitanas Unidas- Uni FMU

Especialista em Direito de Família e Sucessões pela Escola Paulista de Direito

- QUESTÕES DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1. TJ/MG-Oficial de apoio judicial- CONSULPLAN/2017

A propósito do acesso à Justiça garantido à criança e ao adolescente pela Lei nº 8.069/1995 (Estatuto da Criança e do Adolescente), está correto afirmar que:

a) há isenção de custas nas ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude, aos que necessitarem de assistência judiciária.

b) a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional, somente pode ocorrer com o seu consentimento.

c) qualquer notícia a respeito do fato que atribua autoria de ato infracional a criança ou adolescente não poderá identificá-lo, sendo vedada fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome.

d) é vedada a expedição de cópia ou certidão de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.

Resposta correta: alternativa "c".

Comentário: A questão está de acordo com o previsto no parágrafo único do artigo 143 do ECA. Está em consonância com a condição peculiar das crianças e adolescentes como pessoas em desenvolvimento.

2. Degase - CEPERJ

Considerando-se que muitas vezes os direitos da criança e do adolescente são violados pelo próprio Estado, a questão do nível de autonomia dos Conselhos Tutelares assume grande importância. Sobre essa autonomia, é correto afirmar que os Conselhos Tutelares:

a) são diretamente subordinados ao Ministério Público, que os mantém, mas autônomos em relação à administração pública

b) são absolutamente autônomos em relação à administração municipal, subordinando-se ao Conselho Estadual dos Direitos da Crianças e dos Adolescentes

c) estão subordinados apenas às secretarias municipais da área social, gozando de autonomia em relação aos órgãos estaduais

d) desfrutam de autonomia completa em relação ao Poder Público de qualquer esfera, uma vez que são mantidos por organizações da sociedade civil

e) estão desvinculados, quanto às suas decisões, dos órgãos da administração pública, mas sujeitos à fiscalização do Ministério Público.

Resposta correta: alternativa "e".

Comentário: O Conselho Tutelar é órgão permanente, autônomo e não jurisdicional, conforme art. 131. Suas decisões, porém, poderão ser revistas pelo Poder Judiciário.

3. Bombeiro Militar PR - FAFIPA - 2013

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I. ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

II. atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

III. atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a sete anos de idade.

IV. oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.

a) Apenas I, II e III.

b) Apenas I, III e IV

c) Apenas II e III

d) Apenas I, II e IV

e) I, II, III e IV.

Resposta correta: alternativa "d"

Comentário: A única alternativa que não encontra-se em consonância com o ECA é a III, tendo em vista que o atendimento em creche e pré-escola é um dever do Estado em relação às crianças de zero a cinco anos, conforme art. 54, inciso IV.

Necessário que se atente a esta questão, pois houve alteração legislativa recente, tendo havido a alteração da idade, conforme Lei 13.306/2016.

4. Fundação Casa - VUNESP – 2010

Analise as seguintes afirmações.

I. A criança e o adolescente portadores de deficiência deverão receber atendimento especializado do Poder Público.

II. Os hospitais públicos e particulares são obrigados a fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do neonato.

III. A parturiente será atendida obrigatoriamente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal.

IV. Os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança ou adolescente poderão ser comunicados a qualquer Conselho Tutelar.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I e II.
- b) I e III
- .c) I, II e III.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

Resposta correta: alternativa "c".

Comentário: **ATENÇÃO** houve alteração legislativa recente: atualmente consta que o atendimento pré-natal será realizado por profissionais da atenção primária (art. 8º, § 1º do ECA).

A alternativa IV está errada porque consta que os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos poderão ser comunicados ao Conselho Tutelar, quando na verdade, tais situações devem ser obrigatoriamente informadas ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, conforme redação do artigo 13 do ECA.

5. SJC SC - FEPESE - 2014

Qual o órgão responsável por conceder remissão?

- a) Procuradoria-Geral de Justiça
- b) Defensoria Pública
- c) Ministério Público
- d) Conselho Tutelar
- e) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Resposta correta: alternativa "c".

Comentário: está de acordo com o artigo 126 do ECA.

6. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, qual é o procedimento que deverá ser adotado pelos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental nos casos de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares, e os casos de elevados níveis de repetência?

a) Encaminhar ao Ministério Público, para a devida advertência ao aluno.

b) Comunicar ao Juiz da Infância e Juventude.

c) Notificar a secretaria da escola, para devido registro no livro de ocorrências.

d) Registrar no diário de classe, para posterior notificação ao Conselho Escolar.

e) Comunicar ao Conselho Tutelar.

Resposta correta: alternativa "e".

Comentário: trata-se de uma obrigação dos dirigentes escolares de comunicarem ao Conselho Tutelar tais situações, conforme art. 56, incisos II e III.

7. CEFET RJ - CESGRANRIO - 2014

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, se um professor ou responsável por estabelecimento de ensino fundamental, pré-escola ou creche souber de alguma situação de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente e deixar de comunicar à autoridade competente, ele cometerá um(a)

a) crime em espécie

b) crime por ação

c) crime por omissão

d) infração administrativa

e) violação pena.

Resposta correta: alternativa "d".

Comentário: trata-se de uma infração administrativa prevista no artigo 245 do ECA.

8. Fundação Casa - VUNESP - 2012

As condutas descritas, hipoteticamente, como crime e contravenção penal são

a) ato irregular

b) crime ou contravenção de menor potencial ofensivo